

# NOVAS FRENTES DE UMA LUTA ANTIGA: DISCURSIVIDADES DOS ÍNDIOS GUARANI E KAIOWÁ NA REDE SOCIAL FACEBOOK

Caroline Hermínio Maldonado<sup>1</sup>

Maria Luceli Faria Bastistote<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho propõe analisar textos que tratam do conflito pela posse de terras em Mato Grosso do Sul (MS), envolvendo indígenas e fazendeiros. A partir dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso Francesa, busca-se compreender como os eventos são tratados no discurso do conselho da *Aty Guasu*, em postagens de autoria desse órgão representativo da etnia guarani, na rede social *Facebook*. Foram utilizados dois textos publicados em outubro e novembro de 2012. Utilizou-se como categorias de análise o esquema protagonista-antagonista de organização da narrativa, proposto por *Beaugrande* e *Colby* e a identificação das marcas de heterogeneidade mostrada. Percebeu-se como os sistemas de restrições semânticas globais da formação discursiva a qual o locutor se filia atuam nos vários planos do discurso, criando um efeito de sentido de unicidade, ou seja, de que o que foi dito só poderia ser dito daquela forma.

**Palavras-chave:** Guarani e Kaiowá, Análise de Discurso, Identidade, Efeitos de Sentido.

**Abstract:** This work aims to analyze texts dealing with the conflict over land in Mato Grosso do Sul (MS), involving indigenous and farmers. From the theoretical assumptions of the French Discourse Analysis, we seek to understand how events are handled on the board of the discourse of *Aty Guasu* in authoring posts of this representative body of the Guaraní ethnic group, social network *Facebook*.

We used two texts published in October and November 2012. It was used as analytical categories the organization protagonist-antagonist scheme of the narrative proposed by *Beaugrande* and *Colby* and identifying marks shown heterogeneity. It was perceived as systems of global semantic constraints of discursive formation which the speaker joins operate in various discourse plans, creating a unity of sense of purpose, in other words, that what was said could only be said that way.

**Keywords:** Guarani and Kaiowá, Analysis of Speech, Identity, Sense effects.

## Notas introdutórias

A partir dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso francesa, busca-se compreender como os eventos relacionados ao conflito entre fazendeiros e indígenas Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul são tratados no discurso do Conselho da Assembleia Guarani *Aty Guasu*, em textos

---

<sup>1</sup> Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UFMS. maldonadoreis@gmail.com

<sup>2</sup> Docente do Programa de Mestrado em Estudos de Linguagens do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UFMS. marialucelifaria@gmail.com

de duas postagens de autoria desse órgão representativo da etnia guarani, na rede social *Facebook*.

Utilizou-se como categorias de análise o esquema protagonista-antagonista de organização da narrativa, além da identificação de determinadas marcas da heterogeneidade mostrada, as palavras entre aspas ou letras maiúsculas e o discurso relatado.

Considerando-se que “o ponto de partida metodológico é determinante para a obtenção dos resultados” (CORACINI, 1991, p. 334), a análise seguinte baseia-se em duas categorias analíticas: o esquema *protagonist-antagonist* de organização das narrativas, proposto por Beaugrande e Colby (*apud* PALMER, 1999) e as marcas da heterogeneidade marcada mostrada, em especial o discurso relatado e as palavras entre aspas, conforme Maingueneau (1997).

O presente trabalho atém-se ao fenômeno recente que trouxe os discursos destes indígenas à internet, potencializando, de forma antes nunca vista, suas capacidades de articulação, mobilização e comoção social. Trata-se da utilização de redes sociais, em especial o *Facebook*, por meio da qual os indígenas expõem seus discursos em forma de texto, fotografia e vídeo. Dessa vez, porém, suas manifestações discursivas se apresentam livres de edição de terceiros, como é muito comum em reportagens jornalísticas ou demais formatos da mídia em geral.

Considerando que a Análise de Discurso francesa não pretende descobrir o sentido do texto (o que ele diz), mas como o texto significa (como ele diz), surge, pois, nossa indagação: Uma vez que se apropriam das novas mídias e vislumbram o potencial da internet, como fazem os membros da *Aty Guasu* para discursivizar sobre o tema que mais lhes interessa neste determinado momento e nesta ferramenta específica, a rede social *Facebook*?

Este estudo não deseja decifrar toda a complexidade contida nos textos examinados, mas sim, firma um compromisso em buscar e aprofundar-se em certos aspectos, que venham a contribuir para compreensão de como os indígenas afirmam sua identidade e lutam por seus direitos, por meio de construções discursivas na internet.

Como sustenta Possenti (1988), nenhuma investigação está isenta de subjetividade, portanto não interessa ao analista assumir uma posição neutra, até porque a Análise de Discurso não busca um sentido verdadeiro ou único, mas sim estudar dados, ao mesmo tempo linguísticos e históricos.

A discussão de questões da identidade indígena e suas representações, em especial no âmbito midiático, busca esclarecer alguns mitos sobre os povos indígenas, de ontem e de hoje, acerca da sua relação com as tecnologias.

A Análise de Discurso de linha francesa, derivada de Michel Pêcheux, abordagem teórico-metodológica adotada pelo presente trabalho, está voltada para as relações entre as práticas discursivas e o meio histórico-social do qual as mesmas se irrompem. Sob essa ótica, toda prática de linguagem está permeada pelas relações sociais, o que impossibilita a transparência da língua, ou seja, que a mesma possa ser considerada como uma representação objetiva do pensamento ou um simples reflexo da realidade, como sustentam algumas outras perspectivas teóricas acerca da linguagem.

Constituída no âmbito da linguística, do marxismo e da psicanálise, o estabelecimento da transdisciplina Análise de Discurso de linha francesa, ao longo dos anos 60, é atribuído aos estudiosos Jean Dubois e Michel Pêcheux (BRANDÃO, 2003). Nessa perspectiva, o discurso é movido pelo inconsciente e pela ideologia, de modo que o sujeito não tem pleno controle de como o “real da língua” e o “real da história” o afetam simultaneamente. A língua tem ordem própria, mas não pode ser considerada completamente autônoma. A história, por sua vez, tem seu real afetado pelo simbólico, pois aos fatos são atribuídos diversos sentidos (ORLANDI, 2009).

### **Os Guarani e Kaiowá e a luta pela terra**

Mato Grosso do Sul possui a segunda maior população indígena do país, que totaliza 73.295 pessoas das etnias Guarani-Ñandeva, Guarani-Kaiowá, Terena, Kadiwéu, Kinikinau, Guató, Ofaié e Kamba; ficando atrás apenas do estado do Amazonas, que reúne 168.680 indígenas, segundo dados do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>3</sup>.

São cerca de 45 mil, os habitantes Guarani Kaiowá e Guarani Ñandeva, em mais de 30 áreas, que se concentram na região sul do estado. O povo conhecido como Pãi-Tavyterã no Paraguai, também ocupa o sul do estado de Mato Grosso do Sul, no Brasil, porém nessa última localidade se autodenomina como Kaiowá. Também são encontrados nos dois países os Ñandeva ou Avá, que no Mato Grosso do Sul preferem ser chamados apenas de Guarani. Há também aqueles que se autodenominam Mbyá, localizados no Paraguai e em alguns pontos da Argentina;

---

<sup>3</sup> Disponível em [http://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena\\_censo2010.pdf](http://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf).

além dos Aché, que habitam algumas localidades do Paraguai. Ambos são subgrupos Guarani que ocupam, inclusive, as fronteiras entre esses países (BRAND, 1997). Portanto, neste trabalho, são mencionados como Guarani e Kaiowá.

Algumas comunidades estão em área já com demarcação homologada, outras identificadas e há também os acampamentos em fazendas ou à beira de rodovias. Atualmente, 96 fazendas estão ocupadas por indígenas em Mato Grosso do Sul, segundo a Federação de Agricultura e Pecuária de MS (Famasul)<sup>4</sup>.

O auge das ocupações do território indígena por colonos nesta região foi na década de 50, no governo do então presidente da República Getúlio Vargas (1951–1954). Laudos antropológicos oriundos de perícias determinadas pela Justiça explicam que a expulsão dos índios pelos colonos ocorreu com apoio da União. Para promover o desenvolvimento da região, o governo concedeu títulos de propriedade famílias vindas de outros estados. Com isso, os índios foram transferidos para outros espaços, chamados de Reserva Indígena ou aldeia.

Em 1941, chegaram as primeiras fazendas de gado com o fim do ciclo ervateiro, marcado pela concessão de uma extensão de terra à Companhia Matte Larangeiras, para a exploração da erva-mate. Terminado esse contrato, o Governo Federal criou a Cand (Colônia Agrícola Nacional de Dourados) e, em 1990, houve o avanço da agricultura mecanizada, nas culturas de soja, cana e milho. Nesse período, os indígenas que ainda residiam em pequenas áreas de mata nativa foram descobertos e obrigados a se retirar.

Esse processo, que pode ser percebido como “confinamento” (BRAND, 1997, p. 91), desencadeou grave situação de miséria, suicídio e alcoolismo entre as famílias nativas. Em 1988, a nova Constituição Federal assegurou o direito dos índios de reaver seus territórios tradicionais e estabeleceu um prazo de cinco anos para que ocorresse a regularização fundiária, mas nem todas as áreas foram demarcadas. Entre aquelas que já têm demarcação homologada, há áreas que seguem como cenário de confronto, com assassinatos de indígenas, pois os fazendeiros não aceitam sair apenas mediante o recebimento de benfeitorias e reclamam a indenização pela terra nua.

---

<sup>4</sup> Disponível em [http://famasul.com.br/noticias\\_interna/presidente-da-famasul-pede-agilidade-ao-governo-federal-na-reintegracao-de-posse/37689/](http://famasul.com.br/noticias_interna/presidente-da-famasul-pede-agilidade-ao-governo-federal-na-reintegracao-de-posse/37689/).

Depois de aprovada pelo Senado Federal, tramita, desde setembro de 2015, Proposta de Emenda Constitucional (PEC)<sup>5</sup> que objetiva alterar a Constituição, instituindo o pagamento de indenização pela terra nua de áreas demarcadas como reservas indígenas. A proposta aguarda votação da CCJC (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania). A bancada ruralista tenta ainda aprovar a PEC 315/08, que transfere para o Congresso Nacional a decisão sobre a demarcação das terras.

### **Os índios e a Internet: identidades, representações e apropriações**

Desconsiderar ou tentar ocultar as misturas culturais significa assumir uma perspectiva firmada na assimilação, que é o processo pelo qual um conjunto de traços culturais é abandonado e um novo conjunto é adquirido. A mudança é gradual e pode se processar em qualquer nível (SILVA ET ALL, 1987, p. 43). Foi por esse viés que boa parte dos autores memorialistas, chegados ao então estado de Mato Grosso<sup>6</sup>, entre os séculos XVIII e XX, perceberam as relações entre índios e colonizadores. O estado, localizado na região Centro-Oeste do Brasil, se destacava por seu aspecto híbrido, sendo composto por indígenas, paraguaios, entre outros, a maioria falantes da língua guarani.

Por muito tempo os estudos sobre identidade tiveram-na como estática. Mas a maneira com que os sujeitos são representados faz perceber o caráter móvel das identidades culturais. Os estudiosos da pós-modernidade, tais como Barker (2003), Hall (2004), Canclini (1998) e Lull (1995) admitem então que as identidades são móveis no tempo e espaço.

A partir do espaço teórico e político do popular, Martín-Barbero (2009, p. 264) defende uma nova conceituação para os índios, que os enxergue como parte de “culturas subalternas, dominadas, porém possuidoras de uma existência positiva, capaz de desenvolvimento”. Portanto, não são os povos indígenas possuidores de uma pureza cultural, capaz de lhe conferir autonomia frente às sociedades não-indígenas. Por outro lado, não são meras vítimas passivas da colonização e do capitalismo.

Desconstruir o mito da pureza é o passo inicial para observar e analisar a presença dos indígenas na internet. Também é importante romper com estereótipos produzidos no âmbito do período colonial.

---

<sup>5</sup> Detalhamento sobre situação da PEC 132/2015, disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1724712>.

<sup>6</sup> Mato Grosso do Sul surgiu do desmembramento do estado de Mato Grosso, em 1977.

No caso dos povos indígenas brasileiros é notório o estereótipo do “índio preguiçoso, avesso ao trabalho”, que ainda hoje gera preconceito e discriminação. Em geral, os estereótipos são produzidos por uma classe dominante e pautados em dois interesses políticos: a assimilação e a exclusão. Limberti (2012, p. 45) afiança que “isso se dá a partir da ideia que o *nós* tem de que sua visão de mundo e sua escala de valores são melhores e mais razoáveis que as do *outro*”.

Outro estereótipo, amplamente disseminado pela mídia nacional, que ancora as representações dos índios brasileiros, sustenta que os mesmos não podem relacionar-se com a modernidade sem perder a suposta pureza. No entanto, o empoderamento das mídias por comunidades indígenas em todo o país as tem tornado cada vez mais tema de discussão a respeito da relação que há entre o tradicional e o moderno. Ao desconsiderar que as identidades coexistem, muitos discursos, sobretudo jornalísticos, apresentam o indígena como um ser dividido entre seus costumes e as tecnologias.

Martín-Barbero (2009, p. 287) assevera que é necessário pensar os processos de comunicação por meio da cultura e então “romper com a segurança proporcionada pela redução da problemática da comunicação à das tecnologias”. As tecnologias não são capazes de anular a identidade do sujeito e podem os indígenas fazer usos das mídias sem perder sua identidade cultural, mas transformá-la e ainda usá-las de modo a produzir conteúdos que concorram com os discursos estereotipados sobre a imagem de índio representado, produzidos pelos colonizadores e percebidos, ainda hoje, nos jornais e nos discursos dos moradores sul-mato-grossenses.

Entre os indígenas, que usam o *Facebook* com fins de divulgar acontecimentos do conflito acerca da posse pelos territórios, está a Assembleia *Aty Guasu*. Da língua guarani, *Aty Guasu* pode-se traduzir para o português como grande encontro ou grande assembleia (*Aty*: reunião/encontro; *Guasu*: grande). Trata-se de uma reunião, que ocorre de três a quatro vezes no ano, entre lideranças políticas e religiosas, ou seja, “uma articulação política intercomunitária de lideranças de diversas famílias extensas do *tekoha guasu* (conjunto de territórios habitados pelos guarani)” (BENITES, 2009, p. 250).

O perfil da *Aty Guasu* na rede social *Facebook* foi criado em 1º de Dezembro de 2011, com o endereço [www.facebook.com/aty.guasu](http://www.facebook.com/aty.guasu). Em 2014, havia 4.436 seguidores e agora são 11.653<sup>7</sup>. Em dois anos, o número de interessados nas postagens cresceu 162%. Assim, as lideranças

---

<sup>7</sup> Consulta realizada em 29 de abril de 2016.

políticas e intelectuais do movimento indígena constituíra uma nova frente para a antiga luta pela retomada de seus territórios.

## Das Análises

O primeiro texto a ser analisado trata-se de um relatório, que acompanha uma carta aberta, amplamente divulgada na imprensa e nas redes sociais, publicada no *Facebook*, pela *Aty Guasu*, em nome da comunidade Puelito Kue/Mbarakay, do município de Iguatemi e dirigida ao Governo Federal. A mesma também foi divulgada pelo site do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criado em 1972.

A carta é uma resposta a uma ordem de despejo dos indígenas acampados às margens do rio Hovy, próximo a uma fazenda. Em tom de desabafo coletivo o texto chamou muita atenção pelo seguinte trecho: “[...] pedimos ao Governo e Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para enterrar nós todos aqui”. O texto logo ganhou repercussão internacional e começou a ser usado o termo “suicídio coletivo” pelos veículos que se referiam a essa situação. Junto a carta, datada no dia oito de outubro de 2012, a *Aty Guasu* publicou, no dia seguinte, o texto intitulado “Segue na sequencia o registro de nossa história”<sup>8</sup>. A intenção é expor sua versão sobre determinada situação por meio de um breve relatório da trajetória da comunidade em questão.



<sup>8</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/notes/aty-guasu/carta-da-comunidade-guarani-e-kaiow%C3%A1-de-acampamento-da-margem-do-rio-hovy-iguate/301853759932432>. Acesso em 10 de Agosto de 2013.

**Figura I** – Publicação da *Aty Guasu* no *Facebook*, as 22h29min do dia nove de outubro de 2012.

A seguir, inicia-se a análise, fundamentada no esquema Protagonist–Antagonist, a fim de descobrir como a narrativa é construída.

Regra 1: Dois personagens:

Protagonista: (nos termos expostos logo na primeira sentença do texto): “integrantes das comunidades Guarani–Kaiowá do território tradicional Pyelito Kue/Mbarakay, localizada na margem de RIO HOVY, 50 METROS DO RIO HOVY no município de Iguatemi–MS”, em outros termos também utilizados pelo locutor “comunidade reocupante”.

Antagonista: Justiça Federal. A Justiça Federal é destacada pelo locutor como antagonista, visto que defere decisão de acordo com a vontade dos fazendeiros. Nota-se que a narrativa se desenvolve sob a perspectiva do protagonista, pois esse é o sujeito que “ocupa o primeiro lugar” (FERREIRA, 1986, p. 1405) no acontecimento relatado.

Regra 2: Estado de problema para o protagonista, o qual é desejado ou causado pelo antagonista: constantes ataques armados de pistoleiros aos integrantes Guarani e Kaiowá do acampamento.

Regra 3: Estado objetivo desejado pelo protagonista e não desejado pelo antagonista: a resistência no local por parte dos reocupantes indígenas na margem do rio Hovy. Regra 3.1 (opcional): Identifique um estado objetivo desejado pelo antagonista e não desejado pelo protagonista: o despejo dos indígenas e consequente reintegração de posse dos fazendeiros.

Regra 4: A trajetória, de ação do protagonista movimentando-se do estado de problema para o estado objetivo pode ser percebida nos trechos reproduzidos, a seguir: R 01 – É importante ressaltar que os membros (crianças, mulheres, idosos) dessa comunidade, no dia 23/08/2011, às 20h00min, foram atacados de modos violentos cruéis pelos pistoleiros das fazendas. R 02 – [...] a mando dos fazendeiros, os homens armados passaram permanentemente a ameaçar e cercar a área minúscula reocupada pela comunidade Guarani–Kaiowá na margem do rio que este fato perdura até hoje. R 03 – Apesar desse isolamento, cerco de pistoleiros armados e ameaça de vida constante os integrantes indígenas, porém 170 comunidades indígenas reocupantes do território antigo Pyelito Kue continuam resistindo e sobrevivendo [...]. R 04 – No dia 8 dezembro de 2009, este grupo já foi espancado, ameaçado com armas de fogo, vendado e jogado à beira da estrada

Linguasagem, São Carlos, v. 26 (1): 2016.

em uma desocupação extra-judicial, promovida por um grupo de pistoleiros a mando de fazendeiros da região de Iguatemi-MS. R 05 – No último mês a Justiça Federal de Navirai-MS, deferiu liminar de despejo da comunidade Guarani e Kaiowá da margem do rio Hovy solicitado pelo advogado dos fazendeiros [...]. R 06 – Por isso pedimos para Justiça rever a decisão de juiz de Navirai-MS.

Regra 5: Ações do antagonista que impeçam ou desviem a trajetória planejada pelo protagonista: ataques dos pistoleiros às comunidades e liminar de despejo expedida pela Justiça Federal, solicitada pelos advogados dos fazendeiros.

Regra 6: Estado de transição que, decisivamente, possibilite ou impossibilite o alcance do objetivo do protagonista definido na regra 3: liminar de despejo da comunidade indígena expedida pela Justiça Federal de Navirai-MS.

Regra 7: Estado terminal no qual os valores desejados pelo protagonista sejam claramente opostos ao do antagonista, então combine ou não seus respectivos estados-objetivo. Essa oposição pode ser constatada no recorte que segue: R 06 – De fato, não procede a argumentação dos fazendeiros e por sua vez juiz federal de Navirai sem verificar o fato relatado, deferiu a reintegração de posse. É primeira vez, não é possível despejar indígenas da margem de um rio. Por isso pedimos para justiça rever a decisão de juiz de Navirai-MS.

Por não se tratar de ações do protagonista, mas de uma possível ação da Justiça Federal para solucionar o problema, não se pode dizer que há uma conclusão da narrativa, o que sugere a permanência da ameaça de despejo da comunidade indígena da margem do rio.

No campo da interdiscursividade observamos que ao afirmar que ocorre uma “crise humanitária” entre cerca de 50 mil indígenas que vivem em 42 mil hectares, o locutor traz para o nível intradiscursivo uma relação interdiscursiva que relaciona a questão da falta de regularização fundiária às catástrofes oriundas de conflitos bélicos, epidemias, secas, pragas ou desastres naturais. Desse modo, o locutor alimenta um conjunto de encadeamentos de sentido entre campos discursivos distintos. Isso se dá por meio do trabalho da memória externa<sup>9</sup>.

Nesse sentido, vale registrar que para Batistote e Durigan (2008, p. 353), “a maneira como o indígena vem sendo tratado é reflexo daquilo que está materializado na história, ou seja, ele é visto por meio da imagem daquele que é excluído”. As catástrofes que geram crises humanitárias em geral são de responsabilidade dos governos e não apenas das regiões afetadas.

---

<sup>9</sup> De acordo com Maingueneau (1997), por meio da memória externa a formação discursiva filia-se às formações discursivas anteriores.

Percebe-se, que ao desenrolar do texto o locutor apresenta o Estado como principal antagonista. Afinal cabe a Justiça Federal averiguar a situação dos indígenas acampados e oferecer uma solução ao impasse da posse dos territórios. Quando fala de uma crise humanitária, o locutor chama atenção para o fato de que a situação de “mortalidade infantil, violência e suicídios entre jovens” indígenas é amplamente conhecida, inclusive internacionalmente. Sendo assim, é questionado por que o antagonista não se empenha em propor uma solução.

Em seguida, tem-se a análise do texto intitulado: “Os territórios indígenas do litoral foram invadidos em 1500 enquanto o território Guarani e Kaiowá foi invadido pelo pequeno grupo de fazendeiro-político em 1940. Ver nota a seguir”.



**Figura II** – Publicação da Aty Guasu, 2h07min de 18 de dezembro de 2012.

Regra 1: Dois personagens:

Protagonista: o território Guarani e Kaiowá.

Antagonista: colonizadores europeus/fazendeiros.

Regra 2: Estado de problema para o protagonista, o qual é desejado ou causado pelo antagonista: invasão e conquista dos territórios Guarani pelos europeus. Regra 3: Estado objetivo desejado pelo protagonista e não desejado pelo antagonista: presença dos indígenas nas fazendas no passado e no presente.

Regra 3.1 (opcional): Identifique um estado objetivo desejado pelo antagonista e não desejado pelo protagonista: a expulsão dos indígenas das terras que agora são fazendas.

Regra 4: A trajetória, de ação do protagonista movimentando-se do estado de problema para o estado objetivo pode ser percebida nos recortes reproduzidos, a seguir: R 15 – [...] todos os territórios tradicionais Guarani e Kaiowá foram invadidos e conquistados pelo pequeno grupo de fazendeiros que são proprietários atuais de várias fazendas instaladas sobre as terras antigas Guarani e Kaiowá. R 17 – Fica evidente que, a partir de 1960, um fazendeiro mandou expulsar, de forma violenta, centenas Guarani e Kaiowá (crianças, mulheres, idosos) de seus territórios tradicionais, na sequência, somente ele sozinho, se apropria das amplas terras indígenas. R 18 – Atualmente, quarenta (40) anos depois da invasão dos territórios Guarani e Kaiowá pelo grupo fazendeiros-políticos dominantes, a maior parte das comunidades Guarani e Kaiowá expulsada fica sem terra, isto é, indígenas não têm mais espaço de terra para se assentar e sobreviver, por isso se acampa na margem da rodovia e na margem do rio onde estão sofrendo e morrendo cada dia. R 20 – Além disso, esse mesmo grupo de fazendeiros-políticos ricos do MS atua fortemente na Câmara dos Deputados Federais e no Congresso Nacional para mudar a Constituição Federal/88. R 21 – Por isso, convidamos a todos (as) brasileiros (as) desde já para nós mobilizarmos e manifestarmos juntos contra a alteração da Constituição da República do Brasil.

Regra 5: Ações do antagonista que impeçam ou desviem a trajetória planejada pelo protagonista: articulação para alteração da Constituição Federal de 1988.

Regra 6: Estado de transição que, decisivamente, possibilite ou impossibilite o alcance do objetivo do protagonista definido na regra 3, fica evidente no seguinte recorte: R 21 – Por isso, convidamos a todos (as) brasileiros (as) desde já para nós mobilizarmos e manifestarmos juntos contra a alteração da Constituição da República do Brasil.

Regra 7: Estado terminal no qual os valores desejados pelo protagonista sejam claramente opostos ao do antagonista. Essa oposição pode ser constatada no seguinte recorte: R 22 – Visto que eles querem mudar a CF/88, antes mesmo de aplicar os direitos indígenas garantidos na CF/88.

Dessa vez, o antagonista que representa a FD da não demarcação é o colonizador europeu, claramente, associado no decorrer da narrativa ao grupo de fazendeiros de MS. O locutor recorre ao uso de aspas para criticar o discurso oficial da história do país, que considera apenas as

matrizes europeias como sendo formadoras do povo brasileiro; ao passo que se opõem a ideia do índio, também, genérico, ou seja, pertencente a um único povo.

Mainqueneau (1997) explica que as aspas usadas em enunciados relatados em discurso direto marcam a alteridade dos mesmos, pois causam uma ruptura sintática entre o discurso que cita e o discurso citado. De outra forma, as palavras entre aspas são mostradas e marcadas como estranhas, embora integradas ao enunciado. As aspas são, portanto, um sinal a ser decifrado pelo destinatário. No texto “Carta da comunidade Guarani e Kaiowá de acampamento da margem do rio Hovy-Iguatemi-MS – Segue na sequencia o registro de nossa história” tem-se apenas uma ocorrência de palavras entre aspas:

“No último mês as Justiça Federal de Navirai-MS, deferiu liminar de despejo da comunidade Guarani e Kaiowá da margem do rio Hovy solicitado pelo advogado dos fazendeiros e, no despacho cita ‘reintegração de posse’, mas observamos que o grupo indígena está assentada na margem do rio Hovy, ou seja, não estão no interior da fazenda como alega o advogado dos fazendeiros”.

Nesse enunciado as aspas destacam um termo, cujo locutor faz questão de enfatizar que pertence a outro espaço enunciativo, nesse caso, a formação discursiva da Justiça Federal, a qual o locutor transforma em antagonista, ao longo da narrativa.

Conforme Authier-Revuz (2004), esse distanciamento produzido pelo uso de aspas tem ainda outra função, a de questionar o caráter apropriado da palavra. No trecho citado é possível perceber, claramente, essas duas funções, afinal como poderia haver reintegração de posse, visto que o locutor defende que os indígenas não ocupavam a área? Há aqui um distanciamento do locutor em relação a formação discursiva do outro, o antagonista.

A competência discursiva apontada por Mainqueneau (1997) é o único caminho para o leitor reconhecer os termos com aspas e, conseqüentemente, postos a certa distância pelo locutor. As aspas tornam claro para o leitor que esses termos não pertencem a formação discursiva das comunidades indígenas (protagonista), mas sim da Justiça Federal (antagonista). Este simples recurso, as aspas, torna isso claro e evidente antes mesmo que o locutor se justifique nas orações seguintes, amarrando seu ponto de vista.

No terceiro texto desse corpus, que aborda a questão da invasão dos territórios indígenas em 1500 e 1940, tem-se novamente a utilização de aspas, dessa vez, para um termo comum em textos de autoria indígena ou não. A seguir, os recortes em que a Aty Guasu refere-se ao “branco”:

R 16 – Diante disso, Aty Guasu Guarani Kaiowá observou que “é muita terra para um “branco” fazendeiro”, não é? R 19 – Sabemos que os territórios Guarani e Kaiowá não foram invadidos pelos brasileiros “brancos” pobres, mas apropriados pelo pequeno grupo de fazendeiro “branco” rico.

Nos recortes acima fica evidente que o locutor não concorda com a utilização da especificação “branco” como forma de referir-se àqueles que não pertencem a comunidades indígenas. No entanto, o autor não recorre a um termo alternativo como não-índio ou não-indígena. O locutor usa o termo branco com recurso de aspas, justamente para mostrar-se contrário e criticar o discurso oficial da história do país, que considera apenas as matrizes europeias como sendo formadoras do povo brasileiro.

Quando se fala no “branco”, faz-se referência aos portugueses, espanhóis, italianos, alemães, entre outros e anulam-se as matrizes africanas, compostas por seus diferentes povos e as matrizes indígenas, também formadas por diferentes povos possuidores de diferentes línguas. Mais do que deixar claro que não são todos os brasileiros que se apropriaram e lucram com a exploração das terras indígenas em questão, mas sim um pequeno grupo; o locutor quer ainda enfatizar que os povos desse país que não pertencem a algum grupo indígena, não são todos “brancos”.

Ou seja, os mesmos não pertencem a um único grupo étnico. Sejam eles “brancos pobres” ou “branco rico”, trazem consigo traços étnicos além daqueles trazidos pelos povos de matrizes europeias. Isso remete a uma segunda questão operante na FD dos Guarani e Kaiowá: não são os indígenas integrantes de um único povo. Essa formação discursiva também nega, portanto, a ideia de “índio genérico” (FREIRE, 2002, p. 4).

Nesse ponto do texto o locutor provoca o leitor para que repense e reconheça a diferença cultural para além da diferença entre os grupos indígenas e os grupos não indígenas. O locutor tenciona, dessa forma, desconstruir o pressuposto de que o brasileiro não é índio e de que o índio não é brasileiro.

Nota-se que é uma preocupação dos Guarani levantar essa discussão, pois considerar o brasileiro apenas como o “branco” é herança cultural da recente política de assimilação e de extermínio aplicada no estado pelo SPI, conforme citado no capítulo primeiro do presente texto.

Há, portanto, duas formações discursivas opostas: da história oficial, ainda hoje adotada por grande parte da população brasileira e a formação discursiva decorrente da perspectiva das comunidades indígenas em questão, que se assumem como diferentes entre si, ou seja, índios,

mas de diversas etnias e também enxergam os “outros” como mestiços em todas as suas formas, desde a herança cultural até a classe social.

### Notas finais

As análises fundamentadas nas contribuições teóricas e analíticas/metodológicas da Análise de Discurso francesa permitiram compreender como o momento histórico de apropriação das mídias pelos indígenas e, conseqüente, autonomia para expor seus discursos e alcançar assim um público amplo e diversificado torna relevante a discussão acerca desse corpus.

Sob o peso dos estereótipos, a eles atribuídos, os indígenas buscaram evidenciar, por meio de suas discursividades, que notícia e verdade são coisas distintas. Por isso reclamam que as reportagens tragam à luz os fatos escondidos, de modo que os leitores possam ter uma imagem da realidade dos fatos. As discursividades dos Guarani e Kaiowa no *Facebook* revelam uma busca por ressignificar suas identidades. Esse aspecto do processo mostra como os sujeitos sociais são influenciados pela linguagem, esse objeto simbólico que interfere na construção do imaginário social.

Contextualizar passado e presente é uma das formas que a *Aty Guasu* encontrou para validar seus discursos. A todo o momento, os mesmos, se denominam Guarani e Kaiowá, ou seja, uma das 220 etnias, falantes de 180 línguas, que habitam o Brasil (LUCIANO, 2006). A denominação indígena é utilizada apenas quando se pretende reconhecer as diferenças genéricas entre nativos e povos de outras matrizes. Por outro lado, esse sujeito discursivo está completamente interpelado pela ideologia do não-índio, a qual a longa duração serve como argumento para a exploração.

Sobretudo, pretendeu-se com o presente trabalho, identificar não apenas como o discurso sobre o conflito territorial se textualizou no *corpus* de autoria da *Aty Guasu*, como também de que forma, ao se textualizar, procurou silenciar outros sentidos possíveis sobre o assunto. Percebeu-se, dessa forma, como os sistemas de restrições semânticas globais da FD a que o locutor se filia atuam nos vários planos do discurso, criando um efeito de sentido de unicidade, ou seja, de que o que foi dito só poderia ser dito daquela forma.

As discursividades aqui analisadas constituem-se apenas uma pequena parte de uma infinidade de textualizações produzidas no universo discursivo dos conflitos acerca do território Guarani e Kaiowá. É preciso reconhecer que existem ainda outros efeitos de sentidos, além dos

trabalhados no presente estudo, que levam a compreender outros aspectos do universo discursivo em questão.

## REFERÊNCIAS

AUTHIER–REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUC–RS, 2004.

BARKER, C. **Televisión, globalización e identidades culturales**. Barcelona: Paidós, 2003.

BATISTOTE, M. L. F. & DURIGAN, M. A construção de sentidos no gênero discursivo epistolar. In: GUERRA, V.M.L.; DURIGAN, M.; NOLASCO, E.C. **Identidade e Discurso: história, instituições e práticas**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008.

BRAND, A. J. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá Guarani: os difíceis caminhos da palavra**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

BRANDÃO, H. H. N. Análise do Discurso: um itinerário histórico. In: PEREIRA, Helena B. C.; ATIK, M. Luiza G. (Orgs.). **Língua, Literatura e Cultura em Diálogo**. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2003.

BENITES, T. **A escola na ótica dos Ava Kaiowá: impactos e interpretações indígenas**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2009.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

LIMBERTI, R. C. P. **A Imagem do Índio: discursos e representações**. Dourados: Editora UFGD, 2012.

LUCIANO, G. J. S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Laced/Museu Nacional, 2006.

LULL, J. **Medios, comunicación, cultura**. Aproximación global. Amorrortu editores, 1995.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3ª edição, Unicamp: Pontes, 1997.

MARTÍN–BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução de Ronald Polito e Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8ª edição. Campinas: Editora Pontes, 2009.

PALMER, G. B. **Toward a theory of cultural linguistics**. United States: The University of Texas Press, 1999.

POSSENTI, S. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SILVA, Benedito; MIRANDA NETTO, A. G; BARBOSA, L. N. H.; ROLIM, M. I; MAGALHÃES, M. L. L. V.; BRANDÃO, R. M. M. **Dicionário de Ciências Sociais**. 2ª edição. Rio de Janeiro: 1987.

*Recebido em 10/02/2016. Aceito em: 11/07/2016.*